



**CENTRO DE HUMANIDADES
CAMPUS III – GUARABIRA
PROGRAMA A COR DA CULTURA
ESPECIALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL COM ÊNFASE NA CRIANÇA
NEGRA**

**O PROCESSO HISTÓRICO DA CRIANÇA NEGRA E A FORMAÇÃO DA
IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL NA ESCOLA: GESTÃO ESCOLAR.**

MONOGRAFIA

LIDIANE VIEIRA DA COSTA

GUARABIRA

2015

LIDIANE VIEIRA DA COSTA

**O PROCESSO HISTÓRICO DA CRIANÇA NEGRA E A FORMAÇÃO DA
IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL NA ESCOLA: GESTÃO ESCOLAR.**

**Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao curso de pós-
graduação da Universidade Estadual da
Paraíba, em cumprimento à exigência
para obtenção do grau.**

**Orientador (a): Prof^a Ms: Emília Cristina
Ferreira de Barros.**

GUARABIRA

2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

C837p Costa, Lidiane Vieira da
O processo histórico da criança negra e a formação da
identidade étnico-racial na escola: [manuscrito] : gestão escolar. /
Lidiane Vieira da Costa. - 2015.
51 p.

Digitado.
Monografia (Educação Étnico Racial na Educação Infantil
EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Humanidades, 2015.
"Orientação: Profa. Ms. Emília Cristina Ferreira de Barros,
Pedagogia".

1. Lei 10.639/03. 2. Crianças e negras 3. Gestão escolar. I.
Título.

21. ed. CDD 372.24

LIDIANE VIEIRA DA COSTA

O PROCESSO HISTÓRICO DA CRIANÇA NEGRA E A FORMAÇÃO DA
IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL NA ESCOLA: GESTÃO ESCOLAR.

Aprovada em 13 / 11 / 2015

Emília Cristina Ferreira de Barros

Orientador (a) Ms. Emília Cristina Ferreira de Barros (UEPB)

Tarcia Regina da Silva

Examinador (a) Ms. Tarcia Regina da Silva (UPE)

Francisco das Chagas Galvão de Lima

Examinador (a) Ms. Francisco das Chagas Galvão de Lima (UFPB)

GUARABIRA

2015

Aos meus pais Maria da Paz e Luis Vieira, e as minhas irmãs Lenilma e Lidineide, aos familiares que me incentivaram durante todo o processo.

Agradecimentos

Agradeço á Deus pela vida, pela fé e força que me possibilitou durante esse percurso, em especial a minha família, que esteve presente em todos os momentos, são pessoas das quais partilho todos os momentos da minha vida.

Em especial as minhas irmãs, Lenilma e Lidineide, pelo apoio nos trabalhos desenvolvidos durante o curso.

As companheiras de curso, das quais compartilhei todos os momentos, atividades em grupos e pelo estímulo no desenvolvimento das atividades.

A alguns professores do curso, que possibilitaram avanços significativos em novos conhecimentos.

A professora coordenadora Ivonildes, que esteve disposta a ajudar sempre que necessário.

A professora Emília Barros pelas dicas, colaboração e pelo incentivo durante as orientações para a construção da pesquisa.

Ao Programa A cor da cultura, pela parceria e crença no curso de pós-graduação “A educação infantil com ênfase na criança negra”.

Agradeço á todos, pelo compartilhamento das vivências no decorrer das aulas e as experiências que contribuíram de forma significativa no desenrolar do curso.

“Liberdade é uma palavra que o sonho humano alimenta, não há ninguém que explique e ninguém que não entenda”.

Cecília Meireles

Resumo

Este estudo teve como objetivo analisar a lei 10.639/03 e sua aplicabilidade na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Antônio Soares da Cruz, localizada na zona rural do município de Logradouro – PB, sobre a percepção e visão da gestora escolar. Considerou-se a gestão como ponto de partida para a constituição ou não, da formação da identidade da criança e negra. Compreendeu-se as particularidades educacionais a partir do entendimento da gestora educacional, onde permitiu-se observar como acontece as relações étnico-raciais, possibilitando uma abordagem mais prática da realidade escolar. A instituição, serviu de base para a entrevista concedida pela gestora no estabelecimento, por isso, foi importante a análise dos dados obtidos para a argumentação e fechamento da pesquisa. A gestão é de suma relevância para um ensino público mais articulado e desenvolvido. O estudo com base na entrevista tornou-se qualitativo e estudo de caso, pois observou-se os métodos de como se dá o ensino da cultura afro-brasileira na instituição escolar. Teoricamente a pesquisa pautou-se em autores como: Del priorí (1996), Cavalleiro (2000), Mattoso (1991), Silva (1989), Munanga (2005), Brasil (2007), Oliveira (2000), Nogueira (1998), dentre outros. Portanto o aparato teórico mostrou possibilidades de reflexão entre teoria e prática em diversos processos.

Palavras-chave: 10.639/03, crianças e negras, gestão escolar.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the law 10.639 / 03 and its applicability at the Municipal School of Early Childhood Education and Elementary Education Antônio Soares da Cruz, located in the rural municipality of Exterior - PB, on the perception and vision of the school management. It was considered as a management the starting point for the constitution or not, of identity formation of children and black. It is understood the educational particularities from the understanding of educational management, which allowed observe as is the ethnic-racial relations, enabling a more practical approach to school reality. The institution, formed the basis for the interview given by the management on the property, so it was important to analyze the data obtained for the closing arguments and research. The management is of paramount importance for public education more articulated and developed. The study based on interviews it became qualitative and case study because there was the methods of how is the teaching of african-Brazilian culture in schools. Theoretically search guided into authors as Del priori (1996), Chevalier (2000), Mattoso (1991), Smith (1989), Munanga (2005), Brazil (2007), Oliveira (2000), walnut (1998) , among others. So the theoretical apparatus showed reflection of possibilities between theory and practice in several lawsuits.

Keywords: 10.639 / 03, children and black, school management.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1: Percurso histórico da criança e negra no Brasil: modos de invisibilização.....	13
CAPÍTULO 2: A Criança negra e sua historiografia educacional: algumas reflexões.....	24
2.1 Identidade negra e sua formação no espaço escolar.....	27
2.2 A literatura infantil como fonte de retratação e valorização do negro.....	30
2.3 Gestão escolar: algumas considerações.....	33
2.4 Materiais e métodos da pesquisa.....	36
CAPÍTULO 3: Apresentação dos Resultados e Discussões.....	39
3.1 Analisando os enunciados discursivos da gestão escolar.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44

Introdução

Este estudo teve como objetivo analisar a lei 10.639/03 e sua aplicabilidade na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Antônio Soares da Cruz, localizada na zona rural do município de Logradouro – PB, sobre a percepção e visão da gestora escolar. Considerou-se a gestão como ponto de partida para a constituição ou não, da formação da identidade da criança e negra. Compreendeu-se as particularidades educacionais a partir do entendimento da gestora educacional, onde permitiu-se observar como acontece as relações étnico-raciais, possibilitando uma abordagem mais prática da realidade escolar.

A escolha por trabalhar essa temática se deu a partir do interesse da pesquisadora em retratar como acontece o processo de identificação da identidade da criança e negra no sistema educacional brasileiro, e de como essa significação é construída a partir da inserção da lei 10.639/03, analisando o papel do gestor nessa constituição.

Dessa forma, observou-se o processo de composição da escola no que diz respeito a lei e sua possível e obrigatória efetivação no ambiente educativo, adentrando ao estudo de caso e pesquisa qualitativa, na forma de autores consagrados que debateram essa temática no universo da escola brasileira acerca do negro, e mais precisamente da criança e negra. Foi possível comparar alguns aspectos entre a teoria e prática exercida na instituição estudada, além de trabalhar com entrevistas, que proporcionou um aprofundamento maior no desenrolar da pesquisa.

Desse modo, observou-se como se dá a relação da gestora em cumprimento da Lei 10.639/03 e sua aplicabilidade e inclusão no PPP e suas metas acerca da temática. Além disso, procuramos observar as metodologias utilizadas pelo corpo docente, de acordo com o ponto de vista da gestão, contra o preconceito racial e ações que a escola promove para resolver ou amenizar tais situações. Para tanto, o estudo in loco permitiu analisar e interpretar o contexto.

A gestão compõe-se de um importante mecanismo de organização escolar, pois uma gestão democrática, ou seja, autônoma, facilita a participação da comunidade escolar que procede de forma adequada em situações de compartilhamento das decisões tomadas pelo gestor educacional.

Esta pesquisa desenvolveu-se, enquanto requisito para a conclusão do curso de Pós-graduação na educação infantil com ênfase na criança e negra da Universidade Estadual da Paraíba –UEPB, em parceria com o Programa “A Cor da Cultura” e se configurou em um estudo mais aprofundado acerca da história da criança e negra, e sua inserção no meio social em diversos momentos. Sendo assim, o foco da entrevista e análise foi na escola Antônio Soares da Cruz, localizada no Sítio Braga, município de Logradouro – PB.

Além disso, diante da análise da entrevista, nota-se a importância de se trabalhar com a temática étnico-racial desde a educação infantil, pois é o momento que a criança está propícia a adquirir conhecimento e está aprendendo a se relacionar com o mundo, formar crianças que contemplem a diversidade em todos os sentidos, que não distingua ou rotule pessoas pela cor da pele, cabelo ou aparência de traços físicos, que eduque-se uma geração livre do preconceito sobre suas diversas formas de manifestação.

A educação infantil é uma etapa fundamental para a criança, pois é o momento propício para iniciar o desenvolvimento de suas habilidades e formação intelectual. A ação de educar é algo complexo, para obterem-se resultados, é preciso investimento e atenção para “colher os frutos”, já que a educação não acontece de maneira isolada.

Os resultados obtidos na forma de entrevista, propiciou um aprofundamento mais detalhado a partir do relato da gestora, pois a prática efetiva de metas acerca da temática, não se solidifica no PPP da escola. Portanto, os elementos que a escola pretende trabalhar no decorrer do ano letivo deve constar nesse documento tão importante, que serve para nortear as ações curriculares educacionais.

Dessa forma, para trabalhar-se de maneira efetiva, precisasse repensar algumas ações e elencar as temáticas necessárias a formação integral da criança. Um importante recurso de retratação e contribuição com a formação da identidade da criança e negra, é a literatura com enfoque étnico, destacando fontes formidáveis para o reconhecimento da cultura afro-brasileira e africana, situando a historicidade e contribuindo com o conhecimento de sua origem étnica, fazendo com que não ocorra distorções ou “branqueamento” imposto pela sociedade que enfatiza um modelo único de beleza.

O presente estudo foi estruturado em três capítulos, para iniciar a discussão da temática a introdução, que elenca pontos principais e aborda pressupostos que

configuram as análises para o desenvolvimento da pesquisa nos capítulos que seguem.

O capítulo inicial, de nome “Percurso histórico da criança e negra no Brasil: modos de invisibilização”, constitui-se de uma visão mais ampla e detalhada do percurso histórico do qual a criança negra passou, mostrando mecanismos necessários para a elaboração da pesquisa e como os autores abordam a linha estudada. Demonstrou-se a trajetória da criança negra no Brasil, e os modos de invisibilização destacados.

No capítulo dois, “A criança e negra e sua historiografia educacional: algumas reflexões”, apresenta os argumentos teóricos á cerca da historicidade educacional da criança negra no seu ambiente educativo, demonstra os desencontros educacionais que existiam naquela época, e que persiste no momento atual, só que de maneira mais camuflada. Destaca-se ainda a gestão escolar como importante ferramenta de organização escolar. Oferece alguns subtemas, de nome, “Identidade negra e sua formação no espaço escolar”, “A literatura infantil negra como fonte de retratação e valorização do negro”, “Gestão escolar: algumas considerações”, “materiais e métodos da pesquisa”.

O último capítulo denominou-se “Apresentação dos Resultados e Discussões” onde considerou-se a ligação entre a prática na forma da entrevista realizada, que serviu de embasamento para a conclusão do mesmo, destacando a importância do estudo na escola, baseado na pesquisa qualitativa.

Dessa forma, entendeu-se a importância de se abordar a lei 10.639/03 e sua aplicabilidade na escola citada, pois permitiu um conhecimento mais detalhado acerca do papel do gestor (a) e sua função como portador dos direitos fundamentais para exercer-se princípios de igualdade na instituição, relacionados com a temática abordada. Portanto, mecanismos que trouxeram subsídios a formulação da pesquisa qualitativa e estudo de caso.

1. Percurso histórico da criança e negra no Brasil: modos de invisibilização.

Este registro tem por finalidade, conhecer um pouco da história da criança e negra no Brasil. Ao adentrar a este campo temático da cultura afro-brasileira, nota-se toda a historicidade existente ao se tratar do negro no meio social, e como viveram ou como eram assistidas as crianças em vários momentos da historicidade no Brasil, e mais precisamente da criança negra, levando em conta, a diminuição da exclusão social. Para esclarecermos alguns pontos da história da criança negra no Brasil, pretendeu-se situar elementos a partir da então colônia de Santa Cruz, que enfatiza às crianças indígenas, e a que elas foram submetidas. Segundo Del Priore (1991, p. 03) “[...] fomos até os primeiros momentos da então colônia de Santa Cruz para observar a tentativa de adestramento físico e mental a que foram submetidas às crianças indígenas, pelos jesuítas”.

Diante dessa afirmação, procura-se esclarecer alguns fatos que aconteceram ao decorrer da história da criança, sendo ela indígena ou negra. Como pode-se observar desde o período da colônia de Santa Cruz, as crianças já passavam por humilhações e restrições impostas pelos adultos.

A História da Criança no Brasil quer ser uma contribuição na tarefa de reconstituir o difícil caminho que a sociedade brasileira tem percorrido para reconhecer, na criança, um ser autônomo e digno. Caminho este, que supõe de nós adultos, a renúncia a nossa natural onipotência. (DEL PRIORE, 1991, p.04).

Entretanto, momento esse que podemos discutir alguns pontos da trajetória da criança e negra no Brasil, e a construção da sua identidade cultural e social. No entanto, ao pensar na história desde o tempo da escravidão, as mesmas desempenhavam atividades de adultos orientadas para o trabalho, como por exemplo, os trabalhos fabris entre outros, continuavam sem reconhecer-se como criança e permaneciam aprisionadas no seu próprio mundo, conforme Del Priore (1991).

Dessa forma, a Revista Brasileira de História, destaca o trabalho como meio de estratégias para sobrevivência dos negros em meio a uma sociedade de opressão:

Anônimo para a sociedade que o oprimia, esse escravo encontrava em seu trabalho, meios para se expressar, desenvolvendo estratégias de sobrevivência que, como se poderia pensar, nem sempre fora transigentes e acomodatórias. (v.8 1988, nº, 16).

Dessa forma, os negros não aceitavam sua condição de escravizados, desenvolvendo meios de sobrevivência, a partir, do trabalho imposto pelos seus senhores. A sociedade não reconhecia os escravos como pessoas, e sim moeda de troca para seus imponentes e cruéis senhores. Fazendo um recorte em relação à criança negra e a invisibilização pela sociedade nesta época de escravidão, é estarrecedora de que:

várias medidas que visavam apagar a digital negra da face da história brasileira, a saber: a criminalização das religiões afro-brasileiras, a mestiçagem vista como um processo de “branqueamento” e “melhoramento da raça”, o impedimento ao acesso dos aparelhos públicos, entre outras, que transformou a história do negro brasileiro em duas etapas: a primeira como escravo, a segunda como excluído. Em ambas, o que prevalece é a negação do direito de cidadania (OLIVEIRA, 2000, p.26).

De tanta opressão que a criança negra sofria, não se via futuro ao crescer, como seria sua vida adulta? Quando criança obteve uma vida marcada por humilhações, violência, trabalho escravo, vítima do sistema econômico da época, dos adultos etc. Portanto, não há como negar a influência do negro no meio social, mesmo com todo sofrimento exarcebado começando com as crianças negras, a carga de rebaixamentos sofridos durante a infância que antes nem existia esse termo, irá marcar toda sua vida. Segundo Kramer:

A ideia de infância, como se pode concluir, não existiu sempre, e nem da mesma maneira. Ao contrário, ela aparece com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudam a inserção e o papel social da criança na comunidade. [...] este conceito de infância é, pois, determinado historicamente pela modificação das formas de organização da sociedade. (KRAMER, 2012, p. 151).

Dessa forma, ao surgir o conceito de infância na sociedade, nota-se que a partir deste momento, começasse vê a criança como um ser que precisa de cuidados, do qual necessitava ser preparada para sua atuação futura, onde os adultos seriam responsáveis por esse cuidar, para que obtivessem sucesso em sua trajetória.

Em vários momentos da história as crianças e negras atravessaram tragédias e anonimato, abandono, um passado ignorado muitas vezes pela própria História. Alguns autores tentam abordar como se passou toda essa complexidade do ser criança neste período. Como destaca Del Priore e Londono:

No século XIX, o sofrimento da criança tornava-se especialmente palpável, pois este é o momento por excelência do "enjeitamento" que teve entre as crianças negras do Rio de Janeiro as suas maiores vítimas (Lima/Venancio). Na Bahia, no mesmo período, a Lei do Ventre Livre modificava as relações parentais e o destino das crianças filhas de escravos (Mattoso). (DEL PRIORE apud LONDONO, 1991, p.03).

Neste momento percebe-se a invisibilidade da criança e negra principalmente neste século, mas o sofrimento se torna visível. Como cita os autores em alguns pontos a situação naquele período se tornou mais crítica. Para Grinberg (1994, p. 98), "A Lei do Ventre Livre adquire, assim, uma faceta diferente: a que permite a restrição da liberdade". Brasil (1871), com a criação da Lei do Ventre Livre que foi promulgada em 28 de setembro de 1871, que consideravam livres todos os filhos de mulheres escravas nascidos a partir da data da Lei, as relações parentais foram se modificando, mesmo assim, as crianças e negras escravizadas podiam ser utilizadas pelos seus senhores, afim, de pagar por seus primeiros anos vividos sem trabalhar. Para as crianças essa Lei não foi propriamente posta em prática, pois continuavam sofrendo humilhações, maus tratos e que não eram reconhecidas pelas autoridades da época.

Dessa forma, nota-se a ausência da criança como protagonista e retentor da sua própria história. Para Nogueira (1998, p.111) "Há uma ruptura na história familiar dos negros, não há uma percepção de continuidade de herança familiar que possa preencher, imaginariamente, o buraco provocado pela ruptura".

Dessa maneira, as crianças e negras são as que mais sofrem por discriminação e preconceito, mais que os adultos por não saberem se defender nem entender o porque sua "diferença" causa nas pessoas intolerância e desrespeito, essas contestações acontecem principalmente na escola, onde seria o espaço de igualdade e respeito pelas diferenças, conforme Del Priore (1991). Segundo Pereira:

A primeira ordem de considerações é de que as crianças negras [ou tidas como tais], por pertencerem às camadas mais carentes da

população nacional, parecem constituir-se, percentualmente, no maior contingente de crianças abandonadas das grandes cidades brasileiras (PEREIRA, 1987, p. 42).

Grande parte da população negra reside em áreas precárias das grandes cidades brasileiras, reflexo de uma história de desigualdades sociais bem acentuadas. Muitas crianças vivem em situações de abandono e anonimato no meio social. Para Pereira (1987, p.42) “a segunda ordem de consideração é de que dentre todos os grupos étnicos [...], o negro é o que apresenta menor índice de escolaridade [...]”. Isso significa que o negro não está tendo a mesma chance à educação sistematizada em relação aos outros grupos sociais, isto é, a educação básica é garantida e gratuita em todo o país, de acordo com a constituição, artigo 208, mais o índice de analfabetos fora das escolas recaem em sua maioria sobre o negro.

A dificuldade de permanência da criança negra na escola é mínima em relação às crianças brancas, pois a trajetória de dificuldades do negro interfere diretamente em sua aprendizagem, como, dificuldade financeira, desrespeito a sua cultura, falta de visibilidade do negro em livros didáticos e quando aparecem são de maneira subalterna, além das famílias negras muitas vezes, necessitarem que suas crianças auxiliem para manter a renda familiar. Além disso, acredita-se na superioridade do branco, influência que surgiu na Europa, Conforme Moritz:

[...] À crença da superioridade dos brancos foi dado status de ciência, e o domínio europeu da maior parte do mundo reforçou isso. Inventou-se o conceito de “brancura” que significava superioridade e privilégio, qualquer cor de pele que não possuísse a qualidade da brancura seria desvalorizada e os seus possuidores transformados nos “outros” (MORITZ, 2007, p.33).

Dessa forma, percebe-se que o negro está em desvantagem, pois a sociedade reforçou os ideais europeus que ditam características subalternas aos negros, classificando-os pela cor da pele. Dessa forma, na década que segue aparece crianças e adolescentes no trabalho em fábricas, de acordo com Del priore:

Nesse sentido, já na década de 1870, é possível surpreender a criança e o adolescente no trabalho industrial em São Paulo, sobretudo nos estabelecimentos têxteis e em pequenas oficinas, como pode ser deduzido, por exemplo, de anúncios publicados na imprensa, solicitando mão-de-obra. Essa solicitação tende a crescer durante todo o período estudado, sendo o menor requisitado para

funções demais diversa natureza, conforme permitem concluir os jornais consultados (DEL PRIORE, 1991, p.57)

Nesse período solicitavam a mão-de-obra da criança ou adolescentes como aprendizes, pressupondo a pouca idade para desempenhar determinadas funções nas indústrias, determinando de certa forma, o trabalho escravo, pois esses anúncios atraíam essa população extremamente jovem. Esses anúncios era uma maneira de requisitar essa população menos favorecidas para o trabalho forçados em fábricas, e em outros tipos de ocasiões.

A virada do século acusa a presença de crianças no trabalho fabril, sofrendo acidentes e distantes de qualquer proteção da Lei (Moura). A Primeira República marca a entrada em cena do conceito de minoridade e adensam-se as relações entre Estado e Sociedade para disciplinar o menor (Londono), até que a FUNABEM e a FEBEM, encarnando o Estado-preceptor, passam a ditar regras sobre a marginalização do menor abandonado (Passeti). (DEL PRIORE, 1991, p. 03).

Neste século, pode-se notar a quantidade de acidentes de crianças e negras trabalhando de maneira subumana em fábricas, sem nenhuma garantia e nem proteção da Lei, até pensar-se em minoridade penal, para aquelas crianças e jovens que cometessem delitos.

Segundo Moura (1984, p.51) “Marco de 1917. [...] o centro Libertário de São Paulo, de tendência anarquista, organiza o Comitê Popular de Agitação contra a Exploração dos menores nas fábricas [...]”. Nesse período, uma certa indignação com relação aos absurdos acontecidos nas fábricas, então esse movimento busca revelar toda essa situação.

Frente ao modo como se configura nesse contexto de final do século XIX e princípios deste século, a utilização da criança e do adolescente como força de trabalho no setor secundário em São Paulo, muitos desses menores, presentes nos levantamentos que procuram estimar a mão-de-obra empregada nesse setor, já não fariam parte da população economicamente ativa em estatísticas futuras. Sua trajetória, enquanto mão-de-obra encontra, muitas vezes, o limite numa outra estatística: a de acidentes do trabalho (DEL PRIORE, 1991, p. 53).

Essas medidas questionadas na manifestação, eram dadas por profissionais da saúde, alertando os danos morais e físicos que esses trabalhos nas fábricas

têxtis ocasionavam. E também que a maioria desses trabalhos, as crianças não exerciam de maneira satisfatória, pois a idade era insuficiente frente a esse abuso de poder. Essa exploração não era só das crianças e negras, eram de todas as crianças filhas de operárias.

Vale lembrar como a história da criança e negra está ligada a contradições, e ao mesmo tempo em representações negativas no seu meio social, tornando as crianças cada vez mais refém de uma sociedade que não reconhecia a criança como um ser social, e sim moldavam seu comportamento, coagindo as mesmas silenciarem, mesmo sem entender seus sentimentos e emoções.

Pretende-se, dessa forma, recolocar o debate no campo social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos. As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação (LOURO, 2008, p.22).

Como ressalta o autor Louro (2008), no campo social é onde acontecem as maiores discriminações relacionado às desigualdades sociais. Principalmente ao se tratar da cor da pele, trabalhar essas questões é uma maneira das pessoas reconhecerem a história e respeitar, fazendo com que as crianças negras desfrutem dos recursos que a sociedade disponibiliza, e não de maneira desigual. De acordo com Del Priore e Londono:

O grave problema representado pelas crianças abandonadas remonta à Antiguidade, estendendo-se por toda a Idade Média, conforme estuda John Boswell em *The Kindness of Strangers*.² Mas foi na Época Moderna que a preocupação com a infância abandonada mostrou-se mais candente, a partir do momento em que a pobreza se tornou onerosa ao Estado e a idéia de que o aumento populacional embasava a riqueza das nações tomou contornos definidos.³ Em Portugal, a legislação deixava às camaras a tarefa de passar o encargo da criação dos enjeitados para as Santas Casas de Misericórdia, procedimento que, como bem viu Charles Boxer, vigorou em todo o Império Luso, constituindo-se em um de seus pilares (DEL PRIORE apud LONDONO, 1991, p.3:4).

Na prática, entretanto, nota-se o problema que acarretou o abandono dos infantes nas camaras na época, tornando-se conflituosa com o aumento de crianças

e negras nas santas casas de misericórdia. Para Del Priore apud Londono (1991, p.09) “Durante o século XVIII, a exposição de crianças cresceu em Minas de forma alarmante, assumindo, no final do período, proporções catastróficas. Entre 1724 e 1733, Iraci del Nero da Costa encontrou quatro casos de crianças enjeitadas entre os assentos de batismo que consultou; [...]”.

Realidade comum, tratando-se do século abordado pelos autores, que retratavam casos das crianças abandonadas ou “enjeitadas”, mortes e descaso com os infantes que sobreviviam nas casas de misericórdia. Para Nogueira:

Se o negro, de um lado, é herdeiro desse passado histórico que se presentifica na memória social e que se atualiza no preconceito racial, vive, por outro lado, numa sociedade cujas auto-representações denegam esse mesmo racismo, camuflando, assim, um problema social que produz efeitos sobre o negro, afetando sua própria possibilidade de se constituir como indivíduo no social; assim, não se discute o racismo que, na condição de um fantasma, ronda a existência dos negros (NOGUEIRA, 1998, p.35).

O grave problema representado pelas crianças negras perpassa vários momentos da qual o Brasil ultrapassou desde a colonização, passando pela Idade média. Na modernidade foi que notou-se um pouco de preocupação com as crianças negras e a pobreza no Estado (Del Priore 1991). Até então, as Câmaras e a Santa Casa eram responsáveis pela “criação” dos enjeitados até o século XVIII, como afirma Del Priore:

Foi em 1775, com um famoso Alvará, que o ministro Sebastião José de Carvalho e Mello regulamentou de forma mais estrita e definitiva a questão das crianças expostas: é, sem dúvida, a mais importante Lei existente no século XVIII sobre o assunto, mas se volta sobretudo para a relação entre enjeitados, Santa Casa de Misericórdia e Juiz de Órfãos, deixando de lado a questão das Camaras. Até então, haviam sido elas as principais responsáveis pela criação dos enjeitados. A partir dessa data-marco, intensificou-se a luta pela criação das rodas de expostos nas Misericórdias ou mesmo em casas de particulares, desde que seus habitantes fossem casais honrados e de bons costumes.¹⁶ (DEL PRIORE, 1991, p. 16).

Portanto a partir deste alvará, intensificou-se a criação das rodas dos expostos, onde também, casais de boa índole poderiam criar as crianças livrando alguns de serem criados nas casas de misericórdia.

O historiador inglês Russell – Wood aproveitava para frisar a diferença entre a criação de expostos na Bahia, onde ficavam a cargo da misericórdia, e nas Minas, onde recaíam sobre as camaras; mas o extraordinário é que aponte para a exigência imposta pelo Nobre Senado aos criadores dos bebês abandonados: além da certidão de batismo, deveriam apresentar uma outra, de brancura. Apesar de exigido pelas Ordens Terceiras do Carmo, de São Francisco, pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, o estatuto de pureza de sangue não era demandado no caso da criação de expostos: (DEL PRIORE apud LONDONO 1991, p.08).

Entretanto o historiador inglês citado por Del Priore e Londono, ainda reforça acerca da criança enjeitada e da criança exposta, onde as exigências da criação até certo ponto se diferenciavam. Del Priore (1991) “No caso de um enjeitado, tal insistência é bem surpreendente, e nunca foi praticada na Bahia na época colonial, onde enjeitados, fossem brancos, fossem pretos, foram aceitos pela Camara e pela Santa Casa sem discriminação racial.19”.

Dessa forma, nota-se as diferenças entre os expostos e os enjeitados, onde boa parte dos enjeitados, seriam crianças e negras arrancadas de suas mães escravizadas e que não poderiam criar seus filhos, para ter direito á sobrevivência, os enjeitados deixados nas casas de misericórdia teriam de mostrar duas certidões: de nascimento e de brancura. Ver-se como a discriminação racial está impregnado na sociedade desta época, 1759.

Além de tudo o consternação escravista, o passado das crianças e negras causam espanto ao aprofundar-se na historicidade de seres tão indefesos e ao mesmo tempo sobreviventes. Outro fato importante é quando se trata da sexualidade infantil, pois as crianças ao nascer não tinham instrução sobre o que é ser menina ou menino, faziam coisas iguais, com mais soltura.

Alguns historiadores têm mostrado que a dessexualização da criança é fenômeno recente na história ocidental, e que até meados do século XVII, meninos e meninas - inclusive nos palácios reais - viam, falavam, ouviam e agiam com mais soltura em matéria de sexo do que seus sucessores do período vitoriano (Ariès, 1981; Foucault, 1980; Schéerer, 1974, p.16).

Em meados do século XVII, várias orientações sexuais apareciam, sociedades que criavam suas próprias Leis, que por muitas vezes as crianças

negras eram quem mais sofriam, por serem desacreditadas nas coisas que relatavam, sobre abusos sexuais por parte dos adultos.

Em nossa tradição luso-brasileira, parece que as relações sexuais entre adultos e adolescentes, além de freqüentes, não eram conduta das mais condenadas pela Teologia Moral, pois mesmo quando realizada com violência, a pedofilia em si nunca chegou a ser considerada um crime específico por parte da Inquisição (DEL PRIORE apud MOTT, 1991, p.16).

Portanto, quando se tratava de abusos contra crianças ou adolescentes, as punições não eram aplicadas na época, não eram reconhecidos pela Igreja como ato de violência, ou mesmo crime, ainda que essas práticas eram cometidas frequentemente nesse período, onde a Igreja tinha poder supremo e tomava todas as decisões aplicáveis.

No século XIX, herdeiro do iluminismo e do liberalizante código na poleônico, transfere o controle dos desvios sexuais da enfraquecida Igreja, para as delegacias de polícia. Os direitos humanos e o respeito á pluralidade ganham cada vez mais adeptos. A infância e a identidade infanto-juvenil adquirem foros de cidadania, tímidos ainda, porém, crescendo dia a dia cabe agora ao Estado zelar pela moral e inocência dos imaturos [...] (DEL PRIORE apud MOTT, 1991, p.24).

Dessa forma, notou-se a preocupação do poder civil em relação a condição das crianças e exploração sexual, tais atos não eram punidos pela Inquisição, rompendo a inocência dos infantes. Conforme Del Priore apud Mott (1991, p.25) “ A mudança de atitudes por parte dos donos do poder em face da “corrupção de menores” é evidente: da cruel indiferença dos inquisidores aos estupros infantis dos séculos XVI E XVIII, [...]”.

Portanto, diferente do período que a igreja católica inquisidora profanava seus ideais e crueldades, o poder civil notava que as crianças eram seres inocentes que careciam de proteção e respeito á sua inocência. Eram movimentos poucos relevantes, mais crescendo pouco a pouco, fazendo com que os direitos das crianças fossem aceitos.

Sua palavra torna-se volátil, seus gestos desvanecem-se, no anonimato redutor da escravidão. O que se pode então dizer das crianças escravas que são duplamente mudas, e duplamente escravas, uma vez que, geralmente, entende-se que todo escravo,

mesmo adulto, é criança para o seu senhor, [...] (DEL PRIORE apud MATTOSO, 1991, p.28).

Não há dúvida da imensidão de sofrimento que as crianças negras passaram pressas em seu anonimato e escuridão de seus pensamentos ingênuos e perdidos, como definir a criança escrava daquela época, sabendo-se que para seus senhores não importa a idade e sim o lucro que tais irão lhe conceber.

Como regra geral, as idades de vida que correspondem às categorias de infância, adolescência, idade adulta e velhice são as mesmas para a população livre e para a população escrava. Há, porém, entre uma e outra uma diferença de monta, ligada à função social desempenhada pelas categorias de idade: a criança branca livre e até mesmo a criança de cor livre podem ter seu prazo de ingresso na vida ativa protelado, enquanto a criança escrava, que tenha atingido certa idade, entra compulsoriamente no mundo do trabalho.⁹ Há, pois, um certo momento em que o filho da escrava deixa de ser a criança negra ou mestiça irresponsável para tornar-se uma força de trabalho para os seus donos. (DEL PRIORE apud MATTOSO, 1991, p. 29).

Nessa ocasião, era complexo diferenciar “crianças dos adultos”, pois a criança era considerada um adulto, porém menor que estava em crescimento, até certo período não desempenhava atividades dos adultos, quase sempre realizavam trabalhos de origem econômica, após um tempo na qualidade de aprendiz, como cita Mattoso abaixo:

Através dos documentos que conhecemos, e particularmente dos testamentos e inventários post-mortem, parece que podemos logo distinguir duas idades de infância para os escravos: de zero aos sete anos para oito anos [...], são crianças novas, dos sete para os oito anos até os doze anos de idade os jovens escravos deixam de ser crianças para entrar no mundo dos adultos, mas na qualidade de aprendiz [...]. (MATTOSO, 1991, p.29).

Portanto, esses dados em documentos ou mesmo inventários revelavam idades peculiares em semelhança as crianças e negras, desempenhavam diferentes funções, mas nunca era retratado seu caráter infantil, ou mesmo pensou-se em sua condição de ser inocente, que necessitava de cuidados para crescer e se emancipar.

Parte desse discurso desmorona, no entanto, quando, na emergência de um acidente do trabalho, a vítima é uma criança. “o caso presente denuncia o combate em 1916 -, [de um trabalhador atingido por um cilindro numa oficina] (...), deve merecer a atenção do Sr. Guilherme Álvaro [diretor do Serviço Sanitário do Estado], pois além de ser o desastre causado pela incúria dos donos da oficina, a vítima é um menor de 7 anos”. 39 (MOURA, 1991, p. 60).

Nesse sentido, a integridade do pequeno trabalhador encontra-se em suprema desconsolidação, onde o empresariado idealiza discursos vitimizando crianças inocentes, que operam máquinas como adultos em miniatura que desempenham as funções impostas pelo modelo fabril da época. Dessa forma, o pequeno operário experimenta sensações inusitadas fora das paredes das fábricas, onde a opressão nesse caso diminui, fazendo com que de algum modo, o reencontro com a infância perdida aconteça.

Conforme Del Priore apud Londono (1991, p.63) “uma das questões que chamou a nossa atenção foi o fato de que a partir do fim do século XIX e começo do XX a palavra ‘menor’ aparecia frequentemente no vocabulário jurídico brasileiro”. Fazendo com que fosse pensado em transições relacionadas as crianças e negras, em relação à menoridade.

Nasceu ali o interesse de localizar a origem jurídica da expressão no Brasil, durante a transição do Império para a primeira República. Acreditávamos que o surgimento de um novo termo na nomenclatura jurídica estivesse relacionado ao surgimento de uma nova atitude perante a criança em geral e a criança marginalizada em particular. DEL PRIORE apud LONDONO, 1991, p.63).

Contudo, esse termo “menor”, permitiria que os menores agora reconhecidos juridicamente, fossem punidos até os dezessete anos, sendo que o destino das crianças seria comum a todos. Após foram criadas casas de correção para menores. Em determinados momentos as crianças eram responsabilizadas da mesma forma que os adultos, sendo castigadas e passando pelas mesmas condenações jurídicas. De acordo com Del Priore apud Londono (1991, p.64) “o novo Código Penal de 1890 também não contribuiu muito para melhorar a situação da criança com respeito a sua responsabilidade penal”.

Portanto, algumas constatações foram criticadas, pois as punições continuavam muito rígidas em relação as crianças, que eram submetidas a diversas situações e responsabilizadas. Nesse período, a invisibilização ainda continua extrema, mesmo com alguns reconhecimentos estabelecidos.

2. A Criança negra e sua historiografia educacional: algumas reflexões

A história das crianças e negras na educação, adentra a exclusão do negro no processo educativo. A escola é o espaço que pode excluir as relações sociais, onde acontece diversos tipos de preconceito em relação a cor da pele, tipo do cabelo, religiosidade, entre outros. O desenvolvimento destas instituições deveriam acolher a cultura afro, mas o ensino nas escolas não valorizam a significância do negro no contexto histórico. Nessa situação, identifica-se a importância de sistematizar o ensino, em creches e pré-escolas, como destaca Bujes:

[...]o que se pode perceber é que existiram para justificar o surgimento das escolas infantis uma série de ideias sobre o que constituía uma natureza infantil, [...] traçava o destino social das crianças (o que elas viriam a se tornar) e justificar a intervenção dos governos e da filantropia para transformar as crianças [...] em sujeitos úteis, numa sociedade desejada [...]. de qualquer modo, no surgimento das creches e pré-escolas conviveram argumentos que davam importância a uma visão mais otimista da infância e de suas possibilidades [...]. (BUJES, 2001, p.15).

A educação está permeada em muitos desafios sociais que demonstram sua complexidade, tratando-se principalmente do seu surgimento e sistematização de ensino, tendo em vista, que a instrução é de suma importância para a sociedade. Busca-se compreender aspectos do processo histórico pela qual a educação passou para entender-se a exclusão do negro nesse procedimento.

A História da Educação, por sua vez, também vem ignorando sistematicamente as iniciativas de grupos negros no campo da educação, tais como a criação de escolas, centros culturais, seu engajamento em campanhas de alfabetização visando a população negra, ou mesmo suas propostas de uma pedagogia que leve em conta a pluralidade étnica do alunado” (PINTO, 1992, p. 47).

Como cita o autor Pinto (1992), por sua vez a história da educação vêm sendo marcada por desencontros, onde não visa-se a inserção dos negros por meio de uma pedagogia que contemple a pluralidade étnico racial, portanto a sociedade desapreciou até então as tentativas de incorporação dos negros á educação sistematizada. A partir da criação da lei 10.639/03 instituída em todo Brasil, se torna

obrigatório o ensino da cultura afro-brasileira e africana nas escolas, onde o negro começa a ser visto e analisado perante a sociedade.

Apesar de a história da educação brasileira ter funcionado como um dos veículos de continuísmo da reprodução do tratamento desigual relegado aos negros na sociedade brasileira, não se pode negar que existe uma história da educação e da escolarização das camadas afro-brasileiras. Essa história tem sido resgatada por pesquisadores, grande parte afro-descendentes, que têm procurado evidenciar informações que retratam as relações educativas do negro com as escolas oficiais e com o próprio movimento negro brasileiro. Esses trabalhos têm sido em sua grande maioria voltados para abordagens de períodos mais atuais da história. (CRUZ, 2005, p. 30).

O preconceito racial é disseminado principalmente no espaço escolar, onde a diversidade aflora, continua a reprodução do tratamento desigual, onde há ocasiões que os educadores não possuem uma formação adequada, acabam contribuindo para a propagação desse tratamento, muitas vezes não conhecem a história do negro e sua importância para a sociedade, a preocupação com a formação do educador é constante no campo educativo. Conforme Laraia (2011, p.68) “o modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura”.

Entre as múltiplas formas de valorização da cultura as crianças se educam, fazendo com que, reconheçam-se como sujeitos ativos que constroem sua identidade a partir de partículas de cultura que são transmitidas pelos adultos às gerações subsequentes. Para Souza (2001, p. 103) “Assim, sendo de alto custo e de rara possibilidade o aprender a ler e a escrever individualmente [...]”. No entanto, a educação para crianças e negras vem sendo abordada, e os negros conseguem matricular-se em escolas, é um avanço, mesmo que ainda em sua minoria.

As pesquisas vêm demonstrando os negros em diversos momentos e avanços sociais, possibilitando a inserção do mesmo no processo educativo. Foi incorporada a LDB, 9394/96, o ensino sobre história e cultura Afro-Brasileira, que se tornaram obrigatórias desde então.

Art. 26A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. 1º - O conteúdo programático a que se refere o *caput* deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o

negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. 2º - Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação artística e de Literatura e História Brasileiras. (Acréscimo introduzido pela Lei 10.639, de 9/1/03). (BRASIL, 1996).

Desde o início da vigência da Lei nº 10.639, em 2003, a temática afro que se tornou obrigatória nos currículos do ensino fundamental e médio. Com a Lei estabelecida e obrigatória, ficou reconhecido juridicamente que as escolas se adequariam a esse sistema, incorporando o ensino da cultura afro-brasileira e africana nos estabelecimentos educacionais brasileiros.

Desta forma, ainda nota-se o predomínio da exclusão dos negros nas escolas, mais com a criação da Lei, o negro começa a ser notado e aponta-se para uma necessidade de revisão da maneira que a população negra foi tratada tradicionalmente, pelo sistema de educação.

A questão racial não é exclusiva dos negros. Ela é da população brasileira. Não adianta apoiar e fortalecer a identidade das crianças negras, se a branca não repensar suas posições. Ninguém diz para o filho que deve discriminar o negro, mas a forma como se trata o empregado, as piadas, os ditos e outros gestos influem na educação. (CANDAUI, 2003, p.29,30).

O discurso da elite não beneficia a educação de crianças e negras, a presença de tais na história da educação é precária, pois para poder-se beneficiar-se, um longo processo de entendimento e lutas de movimentos negros foi realizado, para que a institucionalização e os direitos garantidos em Lei fossem de certa forma posto em prática.

O negro foi freqüentemente, associado na historiografia brasileira, à condição social do escravo. A menção ao primeiro remete-se quase automaticamente à imagem do segundo. [...]. Para a historiografia tradicional, este binômio (negro-escravo) significa um ser economicamente ativo, mas submetido ao sistema escravista, no qual as possibilidades de tornar-se sujeito histórico, tanto no sentido coletivo como particular do termo, foram quase nulas (CORREA, 2000, p. 87).

Portanto a historiografia remete o passado de escravizado, onde a sociedade apropriou-se de certos conceitos para excluir o negro do sistema educativo, mas propriamente reformulou vários aspectos referentes a interpretações dadas pela

população. No que diz respeito a comunidade negra, nota-se um certo contuísimo de exclusão, tanto do processo educacional quanto sua atuação na sociedade.

2.1 Identidade negra e sua formação no espaço escolar

A presente temática retrata a formação da identidade negra nos espaços escolares e de como as crianças se identificam com tais práticas, abordando os aspectos educacionais por quais as crianças passaram em determinadas épocas, como foram discutidas anteriormente. A identidade se constrói a partir da convivência social em diversos âmbitos que o ser humano habita, sendo mais complexo para a criança e negra, pois os espaços que muitas frequentam não beneficiam sua identificação com sua história e cultura. A identidade negra não surge pela consciência da cor da pele ou diferença biológica, ela aparece com um longo processo delineado historicamente, baseado nas experiências de cada pessoa. Portanto permanece a falsa ideia de igualdade, onde acredita-se que não existem práticas racistas no ambiente educativo.

Dessa forma, persiste o mito da democracia racial, pois as pessoas não admitem praticar racismo, que é crime previsto em Lei, assim permanece a ideologia, que excepcionalmente beneficia as ações racistas no país. Conforme CavalLeiro:

Essa ideologia, embora se tenha fundamentado nos primórdios da colonização e tenha servido para proporcionar a toda a sociedade brasileira o orgulho de ser vista no mundo inteiro como sociedade pacífica, persiste fortemente na atualidade, mantendo os conflitos étnicos fora do palco das discussões. Embora ainda exerça muita influencia na sociedade, ouço contribui para melhorar concretamente a situação dos negros. Representa uma falácia que serve para encobrir as praticas racistas existentes no território nacional e isentar o grupo branco de uma reflexão sobre si mesmo. (CAVALLEIRO, 2000, p. 28-29).

O racismo está impregnado em nossa sociedade, mesmo que determinados grupos exponham não ter preconceito, essas ações acontecem diariamente, em seus trabalhos, escolas e na convivência familiar , fazendo com que se torne difícil a elevação e valorização do negro. Nessa configuração o grupo branco, conforme CavalLeiro (2000), persiste em não refletir sobre suas ações, encobrendo seus pensamentos e práticas racistas na sociedade.

A identidade da criança e negra é formada em sua trajetória escolar e social, pois é através das relações estabelecidas que as crianças desde pequenas, reconhecem-se como pertencentes a determinados grupos sociais, quando isso não acontece a criança se depara com a exclusão escolar que limita sua vida em uma sociedade excludente que referencia a história negra negativamente. Conforme Cavalleiro.

É a ausência de referência positiva na vida da criança e da família, nos livros didáticos esgarça os fragmentos de identidade da criança negra, que muitas vezes chega à idade adulta com total rejeição à sua origem racial. Positivar o lado negro de cada criança, positivar o passado escravo, através das histórias de resistência (CAVALLEIRO, 2004, p.122).

Nesse formato, a educação das crianças devem começar desde cedo, para retratarmos o passado invisibilizado, para que se auto-reconheçam no convívio familiar, nas histórias em sala de aula, nos livros didáticos, que através destes, exista um fortalecimento na criação de sua identidade racial. A identidade tende a ser formada com as experiências vivenciadas de acordo com a realidade e cultura de um povo em determinado lugar.

Não há como negar que o preconceito e a discriminação raciais constituem um problema de grande monta para a criança negra, visto que essa sofre direta e cotidianamente maus tratos, agressões e injustiças, os quais afetam a sua infância e comprometem todo o seu desenvolvimento intelectual. A escola e seus agentes, os profissionais da educação em geral, têm demonstrado omissão quanto ao dever de respeitar a diversidade racial e reconhecer com dignidade as crianças e a juventude negra. [...] (BRASIL, 2007, p.12).

Portanto, as discriminações que acontecem na escola, ou em qualquer âmbito social, deixam marcas profundas, que irão acompanhar essa criança em todo seu desenvolvimento, causando traumas que dificilmente serão esquecidos, comprometendo significativamente seu desenvolvimento integral e adequado. Não há como negar a importância da constituição da identidade racial, mais vale salientar que não é fácil se auto-afirmar ser pertencente a determinados grupos, pois o preconceito inibe a coragem de se reconhecer e defender os princípios que nortearam toda a história que o negro passou. Tendo em vista, a negatividade exposta por pessoas que não possuem conhecimentos sobre determinados fatos.

Dessa forma a identidade não é algo acabado, ela está em formação á todo o momento, através de procedimentos incompletos, por isso a importância de se trabalhar desde cedo certos conceitos sobre identidade. Na modernidade surge o conceito de identidade como algo inacabado, que sempre está sendo formada, segundo Hall:

A identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Assim existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. Não devemos falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. (HALL, 2001, p.38).

Como menciona Hall (2001), a identidade não é uma coisa acabada ela se constitui ao longo do tempo, é algo que está sempre em andamento de acordo com as experiências vividas pela pessoa, que ao longo de sua vida constitui-se de momentos que ficarão armazenados inconscientemente. Conclui Hall (2001, p.12) “[...]nossa identidade é diluída em diferentes papéis que executamos em diferentes momentos da nossa vida”. Ao longo do desenvolvimento humano acontecem transformações, que são exigidas ou não pela sociedade e pelo modelo de sociedade estabelecido, a escola segue um modelo capitalista e molda a criança. Segundo Mello (2000) “a escola ensina a criança negra a não aceitar a cor da sua pele, os seus traços físicos, a história do seu povo, e não querer ser negra”.

As crianças negras conseguem ingressar na escola, mais seguem nos grupos dos excluídos e reprovados, sendo assim, a qualidade de ensino se torna ineficaz diante desta situação. Conforme Silva e Munanga ao discutir os estereótipos criados pela escola e pelo sistema educacional assinala que:

eles expandem uma representação negativa do negro e uma representação positiva do branco, o livro didático está expandindo a ideologia do branqueamento, que se alimenta das ideologias, das teorias e estereótipos de inferioridades/superioridade raciais, que se conjugam com a não legitimação pelo Estado, dos processos civilizatórios indígenas e africanos, entre outros, constituintes da identidade cultural da nação.(SILVA, 1989 apud MUNANGA, 2005, p.23).

Portanto, as crianças negras ao decorrer da sua história, encontra-se fragmentos de como esse passado afeta a convivência social, pois a negatividade

da qual representam os negros, causam certos preconceitos e se alimentam de ideologias de inferioridades, da qual a escola promove o silenciamento da construção da identidade étnico-racial no espaço educativo.

2.2 A literatura infantil negra como fonte de retratação e valorização do negro

Sabe-se que a educação é um importante mecanismo de valorização ou não das diversas culturas existentes, tratando-se desta abordagem, surge a necessidade de trabalhar a literatura infantil negra para o abrandamento do preconceito e fazer com que o negro seja retratado positivamente nos livros, como ponto de partida para essa abordagem, a educação infantil primeira etapa da educação básica.

Diante dessas indagações, Zilberman (2006, p.15) destaca que: “Os primeiros livros para crianças foram produzidos ao final do século XVII e durante o século XVIII. Antes disso, não se escrevia para elas, porque não existia a “infância”. Dessa forma, as crianças começam a apresentar características próprias no final desses séculos, pois dar-se início a compreensão de que a criança faz parte do meio social, mas necessitava de meios mais íntegros para se desenvolverem e exercer seu papel de criança na sociedade.

Para tanto, é inevitável que a criança negra se aproprie de alguma cultura, seja conscondente com sua cultura, ou a cultura impregnada e imposta por uma sociedade “dita branca”, tendo em vista, que a literatura pode ser retratada de duas formas, infatizando e valorizando o negro, ou no aspecto de inferiorização, portanto a escola tem esse poder, de adequar o contexto e os valores pré-estabelecidos, de acordo com sua realidade, como destaca Soares.

Adequada seria aquela escolarização que conduzisse eficazmente às práticas de Leitura literária que ocorre no contexto social e às atitudes e valores próprios do ideal de Leitor que se quer formar; inadequada é aquela escolarização que deturpa, falsifica, distorce a literatura, afastando, e não aproximando o aluno das práticas de Leitura literária, desenvolvendo nele resistência ou aversão ao livro e ao ler (SOARES, 1999 p.47).

A incorporação desta escolarização, acontece no momento em que o negro é retratado nos livros didáticos e nas literaturas de origem brasileiras, que deturpam a imagem do negro, colocando sempre em aspectos de submissão ao branco,

exercendo papéis de inferiorização, afastando tais da sala de aula, causando traumas profundos que distanciam do convívio social.

Os negros aparecem como personagens estereotipados, descritos a partir de referências culturais marcadamente etnocêntricas que, se buscam construir uma imagem de integração, o fazem a partir do embranquecimento de tais personagens. Na verdade, mais que embranquecer os personagens, a literatura infantil do período dirige-se e produz um Leitor modelo identificado com os personagens e as referências culturais brancas, marcando, portanto, um embranquecimento do Leitor. (GOUVÊA, 2005, p.79).

Portanto, pensar na literatura infantil como fonte de retratação da cultura negra e sua valorização, abre discussões sobre a prática dos educadores em sala de aula, pois a forma de transmissão das histórias é que elenca-se o preconceito, e faz com que essa inferiorização continue acontecendo. Propõem-se utilizar a literatura afro-brasileira que contemple os personagens negros, que auxiliem na história. Necessita-se de uma profunda análise e diálogo com a cultura afro, destacando os pontos que propiciam essa retratação positiva do negro.

A literatura infantil é, antes de tudo, literatura; ou melhor, é arte: fenômeno de criatividade que representa o mundo, o homem, a vida, através da palavra. Funde sonhos e a vida prática, o imaginário e o real, os ideais e sua possível/impossível realização [...] (COELHO, 2000, p. 27).

A literatura representa o mundo, por isso deve ser trabalhada principalmente na educação infantil, que é o primeiro segmento da educação, além disso, é o momento propício para as crianças conhecer a diversidade e costumes de determinados grupos sociais. A escola tem o papel fundamental neste desenvolvimento e deve apontar as diversas culturas existentes em nosso país.

[...] alguns livros que rompem um pouco com as consagradas formas de representação da personagem feminina negra e também da cultura afro-brasileira. É possível encontrar obras mostrando personagens negras na sua resistência ao enfrentar os preconceitos, resgatando sua identidade racial, desempenhando papéis e funções sociais diferentes, valorizando as mitologias e as religiões de matriz africana, rompendo, assim, com o modelo de desqualificação presente nas narrativas dos períodos anteriores. (JOVINO, 2006, p.189).

Assim sendo, a literatura infantil, proporciona as manifestações culturais próprias de sua cultura, valorizam suas raízes e rompem com as histórias escritas anteriormente, destacando o negro como personagem principal, que retrata seu modo de viver e suas funções na sociedade. A literatura é essencial na construção e formação da criança, propicia uma viagem única quando conta-se uma história para uma criança. Conforme Mariosa e Reis (2011, p.45) “As obras os retratam em situações comuns do cotidiano, enfrentando preconceitos, resgatando sua identidade e valorizando suas tradições religiosas, mitológicas e a oralidade africana.” Ao contrário da literatura brasileira em alguns livros didáticos ou paradidáticos, a literatura negra retrata o negro de forma positiva.

Intuitivamente, a criança compreenderá que tais histórias, embora irreais ou inventadas, não são falsas, pois ocorrem de maneira semelhante no plano de suas próprias experiências pessoais. Sua análise ressalta ainda que a finalidade dessas histórias é confirmar a necessidade de se suportar a dor ou correr riscos para se conquistar a própria identidade. O final feliz acena com esperança no fim das provações ou ansiedades. (COELHO, 2002, p.57).

Para compreender intuitivamente a importância da literatura na formação da criança, ressalta-se como a criança se sente diante de uma contação de histórias, principalmente quando é retratada e passa a entender todo o conflito infantil que geralmente apresenta-se nas histórias de literatura infantil ou infanto-juvenil. Logo que Gouvêa (2005, p.83) “Procurava-se escrever à criança brasileira na sua linguagem, sobre sua gente, suas raízes raciais e culturais”. A literatura tem esse intuito de retratar as vivências das pessoas e suas peculiaridades.

A literatura, enquanto arte é um dos caminhos que pode ser percorrido pelo homem na busca de prazer nessas relações. Como sistema simbólico de comunicação inter-humana, ela pode revelar os desejos mais profundos do indivíduo, que por sua vez, se transformam em elementos de contato entre os homens, e de interpretação das diferentes esferas da realidade. (DIONÍZIO, 2010, p. 11).

Para tanto, a literatura retrata diversas realidades que fundamentam principalmente o conhecimento infantil, quanto é importante para sua formação e reconhecimento da sua identidade perante a sociedade, a leitura permite a comunicação, revela os campos inatingíveis da pessoa, fazendo com que a realidade seja interpretada e construída através das experiências vivenciadas.

Quando essa absorção da cultura negra não é trabalhada adequadamente na escola, a criança negra sofre o efeito do branqueamento. Ocasionalmente a descaracterização de sua cultura, da origem e de seus costumes.

A literatura proporciona a percepção sensorial, faz com que as crianças ou mesmo adultos, pensem e repensem as ideias acometidas nas histórias, conforme Silva (2010) “o ato de ler e ouvir histórias possibilita à criança expandir seu campo de conhecimento, tanto na língua escrita, quanto na oralidade”.

A afro-literatura brasileira poderia ser entendida, ainda, como aquela produção que: possui uma enunciação coletiva, ou seja, o eu que fala no texto traduz buscas de toda uma coletividade negra...Para que o livro seja uma obra de referência, não basta trazer personagens negras e abordagens sobre preconceitos. É importante levar em consideração o modo como são trabalhados o texto e a ilustração (Pires; Sousa; Souza 2005: 1).

Portanto, deve-se levar em conta como o personagem negro é contemplado, pois conter personagens afro-brasileiros não significa abordar de forma positiva a historicidade da afro-literatura em seus diferentes contextos.

2.3 Gestão escolar

É evidente que a gestão escolar é de suma importância para a excelência das práticas pedagógicas e ações previstas e desenvolvidas no âmbito educacional. Por isso, sente-se a necessidade de contextualizar os mecanismos que contemplam a temática, a partir de subsídios que deveriam ser discutidos no contexto escolar. Desse modo, nota-se a figura do gestor da educação básica como propulsor, absorvendo e construindo espaços de autonomia e descentralização do poder.

A descentralização favorece a gestão com responsabilidade, na medida em que envolve muito mais atores na decisão final dos resultados. Propicia a quebra de colocar nos outros a culpa pelo fato de que as coisas não vão bem. Num sistema educacional centralizado cada qual coloca no outro a culpa do insucesso. Ninguém é responsável. Na medida em que esta situação é rompida e se entrega a cada um responsabilidade compartilhada pelos resultados, cada qual se sente comprometido com o que pode fazer para reverter a situação (MACHADO, 2000, p. 4).

Assim a autonomia da escola proporciona uma integração entre o sistema educacional e as normas que devem ser adotadas para a melhoria da instituição,

pois quando o gestor pode concretizar as ações, surgem maneiras de inserção de atos no currículo escolar.

Dessa forma o gestor deve direcionar e atuar efetivamente nas relações sociais, estabelecendo metas que amenize o preconceito, contribuindo para uma sociedade plural. Conforme Santos apud Martins (2012, p.41) “[...] o Gestor deve adequar os currículos, favorecendo a aprendizagem, tendo em vista, principalmente, a formação de cidadãos conscientes e aptos a enfrentar os desafios e obstáculos da sociedade”.

Desse modo, notou-se a necessidade perante as discussões de contextualizar junto ao gestor (a) escolar os princípios e garantias que a Lei 10.639/03 oferece ao se incorporar a LDB, acrescentando o ensino da cultura afro-brasileira e africana para serem trabalhados no currículo da escola. Nesse caso, o desafio do gestor é o de organizar o ambiente educativo, resignificando os valores do negro na sociedade e suas contribuições para a formação da cultura, trazendo a comunidade escolar para participar efetivamente do que a escola propõe, para que possibilite aos grupos étnicos sua integral inserção e sua auto-afirmação perante sua retratação de forma positiva na escola.

Pressupõe que o gestor tem uma visão mais ampla da instituição, é essa contemplação que pode ajudar a diminuir os efeitos do preconceito perpetuado durante décadas. Assim, percebeu-se quais os desafios que uma gestão pode enfrentar perante a esses apontamentos, qual é a resposta do gestor da educação básica perante a diversidade cultural e racial. Luck define gestão educacional:

“A gestão educacional, em caráter amplo e abrangente do sistema de ensino, e a gestão escolar, [...] Isso porque é pela gestão que se estabelece unidade, direcionamento, ímpeto, consistência e coerência à ação educacional, a partir do paradigma ideário e estratégias adotadas para tanto. [...] Em vista disso, o necessário reforço que se dá à gestão visa, em última instância, a melhoria das ações e processos educacionais, voltados para a melhoria da aprendizagem”. (LUCK, 2011, p.15).

Assim sendo, começa pela gestão o papel de romper com esses paradigmas de exclusão dentro da escola, apresentar conscientemente estratégias para o corpo docente da escola, para que a escola seja um espaço acolhedor e não limitador. Entretanto espera-se do gestor uma reafirmação das ideias coletivas e encaminhamento de novos procedimentos a serem desenvolvidos, a escola deve

acolher a todos sem distinção de raça ou cor. Segundo Lück (2011, p. 45), “A gestão educacional cultiva relações democráticas, fortalecendo princípios comuns”.

O gestor deve estar atento às necessidades da unidade, necessita ter um trabalho coletivo, ouvir o apelo da realidade social e traçar metas para contribuir para a formação do seu alunado. Quando essa intervenção por parte da gestão não acontece, as questões que contemplam o diverso ficam fragmentadas.

Para isso, alcançar êxito numa gestão democrática, implica trabalhar coletivamente na resolução de problemas, considerados elementos de suma importância na gestão. Uma gestão participativa ressalta as responsabilidades de todos os envolvidos, de modo especial, e a liderança da gestora encontra-se partilhada.

Diante desta conjuntura entendeu-se que a gestão pode auxiliar na implementação da Lei 10.639/03, pois a partir do momento que não reconhecesse sua importância e obrigatoriedade, parte-se para um princípio de omissão e desorganização perante a comunidade escolar. Partindo deste pressuposto, Luck (2011, p.34) afirma que, “um novo entendimento a respeito da condução dos destinos das organizações, que leva em consideração o todo em relação com suas partes, e destas entre si”. Entretanto não é somente o gestor que contribuirá para a implementação da Lei, mas o mesmo ajudará a ampliar horizontes e perspectivas nos processos educacionais, o gestor necessita de uma visão extensa em relação a subsídios que enfatizem a realidade social.

Desse modo um gestor(a) democrático, terá argumentos para participar ativamente do processo educacional e contribuirá para reter a desarticulação entre o apoio pedagógico da escola. Conforme Luck:

“Desse modo, por exemplo, numa escola, supervisor e orientador educacional separam territórios pedagógicos e até mesmo, algumas vezes, competem entre si. Em sistemas de ensino é possível identificar a existência de vários departamentos ou unidades de trabalho, exercendo sua influência de forma desarticulada sobre as escolas, até mesmo desorientando e desestimulando, por suas múltiplas demandas (...)” (LÜCK, 2011. p. 67).

Desse modo, o gestor é fundamental para intermediar essas questões problemáticas que surgem na escola, compartilhando ideias com supervisores, orientadores a fim de tecer metas a serem alcançadas, estimulando os membros que compõem a escola a ter um olhar direcionado as questões étnico-raciais no departamento de ensino.

A Lei 10.639/03 propõe o resgate dos valores históricos e sociais, na perspectiva de estabelecer meios para combater a discriminação e o racismo. A Lei é um instrumento de discussões que contempla as lutas do movimento negro, das lutas internacionais contra o racismo, as intolerâncias, aspectos esses que resultaram na construção de políticas públicas antirracistas e promoção da igualdade racial nas diversas instâncias, com destaque para a educação. Gomes (2003).

Portanto diante das problematizações da efetiva implementação da Lei na referida escola, notou-se a ausência de interesse por parte da gestora em concretizar o diverso no ambiente educativo, contemplar no currículo a Lei 10.639/03 é algo disperso, por isso a importância de uma gestão comprometida e que saiba seu papel de mediador para uma gestão democrática de qualidade.

2.4 Materiais e métodos da pesquisa

Este estudo delineou-se a partir do interesse em analisar a Lei 10.639/03 na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Antônio Soares da Cruz, localizada na zona rural do município de Logradouro – PB, na percepção da gestora educacional, com ênfase na entrevista.

A metodologia abordada se originou a partir de um estudo de caso, que possibilitou um aprofundamento mais detalhado ao trabalho, a pesquisa *In loco* fez com que a prática se aproximasse um pouco da teoria, permitindo um conhecimento mais amplo. O estudo de caso pode ser definido como:

Preserva o caráter unitário do fenômeno pesquisado. A unidade-caso é estudada como um todo, podendo ser constituído por um indivíduo, um grupo, um evento, um programa, um processo, uma comunidade, uma organização, uma instituição social ou mesmo por toda uma cultura. (GIL, 2009, p. 7).

O estudo de caso visa um acompanhamento mais detalhado das atividades desenvolvidas no campo estudado, ou seja, situa um fato, ou acontecimento, compreendendo melhor as ações e problemas encontrados. A escolha pela pesquisa escolar, considerando o recorte da educação infantil e suas nuances pedagógicas, não foi por acaso. Entender o contexto social da qual a criança passou

causa certas inquietações. Entretanto entender qual é o papel do gestor diante dessas indagações e perante a aplicação da Lei 10.639/03 na escola, é parte crucial da pesquisa.

Desse modo, a escola integra um sistema escolar e o gestor (a) assume um papel de executor (a) das políticas públicas do Estado, adotando, por vezes, a equivocada concepção de que a construção da democracia participativa depende exclusivamente de sua atuação (PARO, 2007, p. 63).

Notou-se a importância do gestor no papel de executor das tarefas e de como o mesmo pode agir perante a construção e atuação na escola. Entretanto o gestor se torna crucial no planejamento e constituição do PPP, no que diz respeito as metas pedagógicas analisadas e o pensamento dos atores principais que planejam e executam suas ações, como no caso da gestor (a) escolar.

Dessa forma, os instrumentos utilizados para obtenção dos dados foi à entrevista, e análise qualitativa para interpretação dos significados das ações obtidas. Como afirma Prestes:

Caracteriza-se por uma interação efetiva e ampla entre pesquisadores e pesquisados. Seu objetivo de estudo se constitui pela situação social e pelos problemas de naturezas diversas encontradas em tal situação. Ela busca resolver e/ou esclarecer a problemática observada, não ficando em nível de simples ativismo [...]. (PRESTES, 2005, p. 25).

Para tanto, a pesquisa qualitativa propiciou maior interação entre o entrevistador e o entrevistado, buscou-se esclarecer os aspectos encontrados e propiciar uma interação entre a pesquisa e os dados obtidos pela pesquisadora, onde pode-se encontrar diversas situações para serem analisadas e refletidas com relação a implementação da lei, já que o corpo docente de acordo com a gestora, desconheciam até o momento a obrigatoriedade da lei. Portanto, o entendimento sobre gestão vincula a organização do trabalho de maneira peculiar. Conforme Libâneo (2008) [...]a concepção de gestão escolar sob a premissa do respeito à diversidade afeta a organização do trabalho, de modo que as pessoas devem estar preparadas para vivências baseadas em novas construções sociais.

A pesquisadora levou em conta, os aspectos do local estudado, ou seja, a entrevista com a gestora, e o conhecimento da mesma a partir da temática

abordada. Mostrou-se receptiva e aberta a novas informações, reconhecendo que alguns dados não tinha conhecimento, mais comprometeu-se em avaliar o que estava sendo perguntado. Estes elementos deram base material para que se desenvolvesse a pesquisa e se apresentasse os resultados e discussões.

As entrevistas foram semiestruturadas, com perguntas abertas, dirigida à gestora escolar, demonstrou-se como a Lei 10.639/03 não é prevista no PPP da escola, discutiu-se ideias de como seria proveitoso trabalhar na escola essa abordagem constitucional. Esta entrevista determina importantes trechos, em que a entrevistada envolvida respondeu com suas palavras, como se dá o processo de ensino-aprendizagem, as condições da escola, as motivações, a importância da Lei 10.639/03, e as metodologias que enfatizam o negro de forma positiva e contextualizada, ou seja, o corpo docente trabalha a cultura afro-brasileira e africana em suas aulas?

A gestora respondeu o questionário e deu suas respectivas opiniões sobre o ensino de cultura afro-brasileira e africana no contexto escolar, e foi questionada sobre racismo, e como a escola lidar com essa situação no ambiente escolar. Desenvolver a pesquisa através de questionários, possibilitou uma abertura maior para a pessoa efetivar sua opinião, de fato, permitindo que o entrevistado responda de maneira peculiar, demonstrou-se como uma ferramenta eficiente, tratando-se de uma melhor exposição da realidade vivenciada na escola.

De acordo com a gestora, analisou-se como se dá ou não, a prática docente em relação a cultura afro-brasileira e africana em suas respectivas metodologias e planejamentos, e de como a gestão pode interferir nas ações que incorporam o ensino da cultura afro-brasileira e africana.

Portanto, para da formato a pesquisa foram utilizados o estudo de caso na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Antônio Soares da Cruz e análise qualitativa da entrevista, que propiciaram uma ligação entre a teoria e a prática e gestão escolar.

3. Apresentação dos Resultados e Discussões

O capítulo três trata dos elementos principais para o desenvolvimento da pesquisa. Abordou-se com a gestora escolar, a partir da entrevista, formação acadêmica da gestora, experiências que possibilitou analisar as práticas pedagógicas, tendo em vista a inserção da cultura afro-brasileira e africana nesse contexto.

Inicialmente procurou-se ouvir a gestora da referida Escola, que nos relatou as informações de sua trajetória na Instituição como também apresentou de forma sucinta o funcionamento da mesma. Em seguida, questionou-se seus conhecimentos sobre a Lei 10.639/2003, PPP (Projeto Político pedagógico), racismo, aplicabilidade da Lei na prática nas ações da escola, e sobre o ensino da cultura afro-brasileira e africana por parte dos docentes na escola.

Ao adentrar a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Antônio Soares da Cruz, a pesquisadora foi recebida pela gestora que se mostrou acessível a questionamentos sobre a referida escola, sempre disposta a conhecer e interpretar o que estava sendo perguntado no questionário a resolver. O questionário foi respondido de forma imediata na instituição pela gestora, em nenhum momento se mostrou incomodada pelos questionamentos realizados.

Para iniciar a entrevista, examinou-se o funcionamento da escola, a gestora destacou que a referida escola funciona nos turnos vespertino, matutino e noturno, a mesma argumentou sobre acompanhamento pedagógico por supervisores e coordenadores educacionais.

No contexto da entrevista foram feitas indagações sobre a Lei 10.639/03 e sua aplicabilidade na escola. A gestora têm 16 anos de magistério, sempre exercendo a mesma função, trabalhou em outra escola anterior a atual, está concluindo o curso de Licenciatura em Pedagogia e pretende cada vez mais se aprofundar, para adquirir novas experiências. Em seguida, apresenta-se os questionamentos e respostas da gestora escolar. Partindo deste pressuposto, a entrevista com a gestora, serviu de base para entender como se dá a questão da cultura afro-brasileira e africana na escola.

3.1 Analisando os enunciados discursivos da gestão escolar

Questão 1. Você conhece ou já ouviu falar na Lei 10.639/03(que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar). De que modo ela é aplicada na escola?

Sim. Para falar a verdade essa Lei não é aplicada na escola de maneira efetiva, pois, a 10.639 não consta no currículo escolar, é mencionada, as vezes nem isso, o foco maior é na questão apenas do negro, sem retratar a Lei, apenas no 20 de novembro em questões isoladas, para ser mais clara. Não recebemos suporte para trabalharmos esse assunto. (GESTORA, 2015).

Nota-se a precariedade da efetiva implementação da Lei 10.639/03 na escola citada. Tendo em vista a importância do gestor nesse aparato constitucional. Entretanto para perceber a discussão, a Lei das Diretrizes e Bases 9394/06, recebe um acréscimo introduzido pela lei 10.639/03 em seu Art. 26A, inciso 2º que apresenta.

“Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literaturas e Histórias Brasileiras” (Brasil, 2006).

Dessa forma, mesmo coexistindo a lei, não existe orientação na escola observada de como trabalhar a cultura afro-brasileira e africana. Cabe ressaltar que uma gestão que valorize a igualdade, dissemina essas ideias e tenta reorientar-se perante ao currículo. o currículo escolar não abrange questões relacionadas ao negro. Portanto essas questões devem está incluídas, pois visam um modo de diminuir o preconceito e discriminação.

A escola é o local ideal para se propagar a discussão a respeito de preconceito racial. Pois só de forma coletiva valorizar ações de construção de uma sociedade baseada em relações sociais justas, igualitárias e solidárias e assumir posturas e compromisso que visem combater as desigualdades, discriminações e o racismo que ainda permeiam a sociedade brasileira (OLIVEIRA, 2007, pg.33).

Conforme Oliveira, a escola é a principal instituição que deve incorporar essa temática, pois torna-se formidável nas questões de desigualdades que permeiam a sociedade brasileira, fazendo que essas discussões combata qualquer tipo de preconceito racial.

Questão 2. Na sua opinião, há preconceito racial na escola? O que mudaria com a efetiva implementação dessa Lei?

Sim. Mudaria o comportamento dos alunos e até mesmo de funcionários, que às vezes é preconceituoso com alguém e nem sabe que está sendo. Também dependeria de como essas informações seriam trabalhadas na sala de cada professor, para não continuar propagando preconceito, trabalhar de maneira adequada, mais não temos suporte. (GESTORA, 2015).

A fala da gestora, demonstra um certo receio de que as informações acerca da temática sejam trabalhadas na sala de aula de maneira distorcida. Necessita-se que a gestão junto com o corpo docente, trabalhe de maneira efetiva, proporcionando aos educandos igualdade de condições e liberdade para aprender. No artigo 206 da Constituição Federal aponta que o ensino deverá ser ministrado nos seguintes princípios básicos:

I- igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III- pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV- gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V- gestão democrática do ensino público na forma da lei; VI- garantia de padrão de qualidade (CF, 1988, p. 41).

Portanto nos estabelecimentos oficiais de ensino, a aprendizagem deverá ser ministrada de maneira igualitária, garantindo o pleno desenvolvimento do educando e garantia de qualidade previsto em lei.

Questão 3. A escola já interveio em alguma situação de preconceito racial? Se sim, de que forma?

Sim. Eu já intervi, o repreendimento do aluno foi na base da conversa, dando conselhos, mais esse aluno possui uma família totalmente racista, ele apenas reproduz o que ele vê em casa, tentamos sempre amenizar a situação e explicamos que não podemos agir dessa forma com ninguém. (GESTORA, 2015)

Pode-se observar que a gestora tem boas intenções em resolver as questões racistas que aparecem na escola, mais nota-se o total desconhecimento de como realizar essa intervenção de maneira contextualizada de acordo com o que é previsto em lei, pois é obrigatório o ensino da cultura afro-brasileira e africana na

escola. O Ministério da Educação apresenta alguns pontos de reflexão que integram o cotidiano escolar.

Na educação brasileira, a ausência de reflexão sobre as relações raciais no planejamento escolar tem impedido a promoção de relações interpessoais respeitáveis e igualitários entre os agentes sociais que integram o cotidiano da escola. O silêncio sobre o racismo, o preconceito e a discriminação raciais, nas diversas instituições educacionais, contribui para que as diferenças de fenótipo entre negros e brancos sejam entendidas como desigualdades naturais. (BRASIL, 2005, p.11).

A inserção da cultura afrodescendente na escola, representa uma conquista do movimento negro, em suas diversas atuações na sociedade, além de favorecer as relações étnicas na escola. Contribuindo para que as diferenças sejam respeitáveis em qualquer ambiente social.

Questão 4. De que modo o Projeto Político Pedagógico promove ações de respeito a diferença e igualdade na escola?

O PPP da escola, não promove essas ações porque está desatualizado, mesmo sabendo que a Lei existe, mais estamos atrasados. (GESTORA, 2015).

Desse modo, a precariedade analisada na escola é bem acentuada, os modelos educacionais estão desatualizados, não contemplam suas atividades pedagógicas no PPP, pois não existe, e está excedido a pelo menos 04 anos. De acordo com Gadotti (2001, p.37) “todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro [...] buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente”.

O Projeto Político Pedagógico é crucial para considerar as metas a serem trabalhadas na escola durante todo o ano letivo, contemplar os atos da cultura étnica no PPP é de suma importância para trabalhar-se de maneira efetiva.

Questão 5. O corpo docente desenvolve atividades que contemplam a Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo da escola?

“não existe atividades no currículo que contemple essa diversidade, os professores não possuem tal conhecimento, e nem conhecem a importância de trabalhar as relações étnicas em sala de aula”(GESTORA, 2015).

Nota-se o despreparo da escola, isto é, não somente por parte da escola, mais de toda uma gestão que não reconhece a necessidade de ampliar os horizontes dessas crianças, e nota-se a falta de disponibilidade e abertura para aprender, por parte do corpo docente, segundo a gestora, que não busca meios de atualizar-se perante as mudanças. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais o Art. 3º enfoca:

A educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira, e História e Cultura Africana será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas instituições de ensino e seus professores, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no parecer CNE/CP 003/2004. (BRASIL, 2004, p.32)

Tratando da obrigatoriedade da Lei 10.639 que está em vigor a mais ou menos dez anos, foi criada e instaurada no Brasil como forma de diminuir a dívida do Brasil com os negros, traficados da África. A entrevista demonstra a realidade que as escolas ainda passam em relação a temática étnico-racial.

Portanto, é de suma importância a pesquisa que possui um desfecho que revela a realidade de perto, possibilitando um conhecimento amplo. Após conhecer teorias, analisar a prática que dá significado a tudo que foi estudado e analisado.

Considerações finais

Ao decorrer da construção deste estudo pode-se analisar, a união entre o processo histórico da criança, sua inserção no sistema educacional e da literatura negra, que interligou novas maneiras de apresentar essa temática na sala de aula, fazendo uma ponte com os questionamentos analisados nas entrevistas.

Ao trabalhar esses pontos que englobam o ensino da cultura afro-brasileira e africana historicamente e educacional, percebeu-se o quão foi de extrema relevância abordar tais, contribuindo para o entendimento da história da criança negra e como de fato ocorre a formação da identidade do negro no ambiente escolar. Percebeu-se que a identidade não se constrói isoladamente, mais existe todo um processo envolvido, englobando as relações sociais, a construção do *eu*, em sistematização com a diversidade local de cada indivíduo. Autores renomados, propiciaram um entendimento de como de fato ocorre essa trajetória histórica da criança negra, detalhando os acontecimentos desse período marcante, para entendermos a sociedade atual, em relação ao tratamento do negro em diferentes momentos históricos.

A escola onde realizou-se a entrevista, serviu de base para o fechamento da pesquisa, tornou-se peça fundamental de análises dos dados obtidos, pois potencializou um detalhamento das ações desenvolvidas ou não, em tal instituição de ensino. É importante ressaltar os dados obtidos através da entrevista, que forneceu subsídios para a reflexão de como está sendo trabalhado essas questões com os educandos, e ressaltar quais pontos interferem no ensino-aprendizagem das crianças. Dessa forma, deve-se destacar todo aparato teórico abordado na pesquisa, que buscou estabelecer um diálogo para melhor entendimento da teoria e prática, no ambiente histórico e educativo do negro na sociedade.

Desse modo, ao tratar-se de métodos para a valorização do negro, compreende-se que as crianças devem ser educadas com perspectivas diferentes das que permanecem desde muito tempo, e somente pode-se mudar essa realidade, através da educação e estudos que mostrem os fatos como realmente aconteceram. A educação infantil se torna peça fundamental para elencarmos metodologias diversas, para trabalhar as diferentes culturas existentes, como, a cultura afro-brasileira e africana, da qual herdamos traços únicos de uma civilização riquíssima em conhecimento, quão foi tão massacrada pela sociedade brasileira.

A partir das questões discutidas nesse trabalho, adequou-se um entendimento sobre as questões das relações étnico-racial no espaço social e educacional, e discutiu-se como se dá a formação da identidade da criança negra, pontos negativos e positivos dessa abordagem étnica, a partir de subsídios integradores do meio social, que refletiu-se na escola como instituição que aglomera os saberes da sociedade.

Portanto, foi de suma importância estabelecer esse diálogo, que destacou-se em primeira instância a historicidade da criança negra em vários momentos da história, o estudo foi desde a teoria á prática, uma experimentação única que serviu de embasamento para contestarmos todo o preconceito camuflado em nossa sociedade, destacando os aspectos essenciais dessa pesquisa qualitativa e estudo de caso.

Referências

BRASIL. Parecer CNE/CP no. 003/2004. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Reações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, p.1, 17 jun.2004.

_____, Ministério da Educação. **Educação anti-racista: Caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/2003**. Brasília: MEC/SECAD, 2005, p.11. (Coleção Educação para todos).

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. **Escola Infantil: Pra que te Quero?** In: CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis Elise (Orgs.) Educação Infantil: Pra que te Quero? Porto Alegre: Ed. Artmed, p. 13 a 22, 2001.

CANDAU, Vera Lúcia. **Somos tod@s iguais? Escola, discriminação e educação em direitos humanos**.-Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.

COELHO, Nelly Novaes. **A Literatura Infantil**. São Paulo: Moderna, 2000.

CORREA, Silvio M. de Souza. O negro e a historiografia brasileira. **Revista Ágora**. Santa Cruz do Sul, n. 1, 2000.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma **abordagem sobre a história da educação dos negros**. In: Romão, Jeruse (org.). In: História da educação dos negros e outras histórias. Brasília: Ministério da Educação/SECAD, 2005.

DEL PRIORI, Mary. 1.**Crianças Brasil - Aspectos sociais** 2. Crianças – Brasil - História. II. Série.

DIONÍSIO, Eliane Rabello Correa. **Desconstrução do preconceito: Menina bonita do laço de fita; de Ana Maria Machado**. 2010. 146 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Centro de Ensino superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO. E.José. **Autonomia da Escola: Princípios e Propostas**. 4 ed –São Paulo: Cortez, 2001.

GIL, Antonio Carlos. Estudo de caso. São Paulo: Atlas, 2009.

GOUVÊA, Maria Cristina S. de. **Imagens do negro na literatura infantil brasileira:análise historiográfica**. Educação e Pesquisa. São Paulo, v.31, n1. p.77-89, jan/abr.2005.

_____, Maria Cristina Soares de. **Imagens do Negro na literatura Infantil brasileira: análise historiográfica.** Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 31, n. 1, p. 79-91, jan./ abr. 2005.

GOMES, Nilma Lino. **Limites e possibilidades da implementação da lei 10.639/03 no contexto das políticas públicas em educação.** 2008 In: PAULA, Marlene; SALES JÚNIOR, R. L.; SANTOS, Dênis; OLIVEIRA, R. S.

GRINBERG, Keila. **Liberata: a Lei da ambiguidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro, século XIX.** Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1994.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 6.ed Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 102 p.

JOVINO, I. da S. **Literatura Infanto-juvenil com personagens negros no Brasil.** In: SOUZA, F; LIMA, M. N. (Org). Literatura Afro-brasileira. Salvador: Centro de estudos afro-orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. Disponível em www.scielo.com.br. Acesso em 05 de setembro de 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** 5. ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista.** 11. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010a.

LÜCK, H. **Gestão Educacional: Uma questão paradigmática.** Petrópolis: Vozes, 2011. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA(Brasil). **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Vol. 1. Brasília. MEC/SEF, 1997.

MACHADO, Ana Luiza. **Papel dos Gestores Educacionais num Contexto de Descentralização para a Escola.** 2000. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/delphi/pdf/amachado.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2007.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Família e sociedade na Bahia do século XIX.** São Paulo, Editora Corrupio, 1988.

_____. **Ser Escravo no Brasil,** São Paulo, Brasiliense, 1982.

_____. **O Filho da Escrava (Em torno da Lei do Ventre Livre).** Rev. Brasileira de História, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 37-55, mar/ago. 1988.

MARIOSIA, G. S; REIS, M. da G. dos. A influência da literatura infantil afro-brasileira na construção das identidades das crianças. **Estação Literária**. Londrina, Vagão-volume 8 parte A, dez. p. 42-53, 2011.

MELLO, Roseli Rodrigues. **Educação: pesquisas e práticas**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2000.

MOURA, Esmeralda Blanco B. de - **O Acidente do Trabalho em São Paulo (1890-1919)**. Tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, para obtenção do título de Doutor em Ciências (História). São Paulo, 1984.

_____. Esmeralda Blanco B. de - **Mulheres e Menores no Trabalho Industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital**. Petrópolis, Vozes, 1982, p. 68.

MOTT, Luiz. “**Pagode Português: A subcultura Gay em Portugal nos tempos Inquisitoriais**”, *Ciência e Cultura*, v. 40 (2), fevereiro: 120-139, 1988.

MORITZ, Lilia. **Questão racial e etnicidade**. 2007.

MUNANGA, Kabengele. **O negro no Brasil hoje**. São Paulo: Global, 2006.

NOGUEIRA. (Org.). **História do Trabalho e dos trabalhadores negros no Brasil**. In: LIMA, Márcia. *Desigualdades raciais e trabalho no Brasil*. São Paulo: CUT, 2001.

OLIVEIRA, Eliana de. **Identidade, intolerância e as diferenças no espaço escolar: questões para debate**. São Paulo: REVISTA ESPAÇO ACADÊMICO, n. 7, dez. 2001.

OLIVEIRA, Idalina Maria Amaral de. **A questão racial na escola**. 2007.

PARO, V.H. **Administração escolar: uma introdução crítica**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 2007.

PEREIRA, João Batista Borges. **A criança negra: identidade étnica e sociabilização**. Cadernos de pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 63, novembro. 1987.

PRESTES, M. L. M. **A pesquisa e a construção do Conhecimento Científico: Do Planejamento dos testes, da escola academia**. 3ª Ed. Atual e ampl. São Paulo: Rêspel, 2005.

PINTO, Regina Pahim. **Raça e educação: uma articulação incipiente**. In: Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 80, 1992.

PIRES, Rosane de Almeida; SOUSA, Andréia Lisboa; SOUZA, Ana Lúcia Silva. **.Afro-literatura brasileira: O que é ? Para quê? Como trabalhar?**. Educom Afro –

Publicação da Faculdade de Educação da PUCRS, Viamão, mar. 2005. Disponível em: www.pucrs.br/.../educomafro/index1.php?p=afro-literatura.

Revista Brasileira de História. São Paulo: Anpuh/Marco Zero, v. 8, n.16, mar./ago.1998 (escravidão número especial organizado por Silvia Hunold Lara).

SANTOS, B. dos; MARTINS, P. G. **Mudanças na LDB nº 9394/1996; educação inclusiva; o sistema de cotas:** Os novos desafios do gestor escolar. 2011. 32 folhas. Monografia do Curso de Pós-Graduação (Pós-graduando em Gestão Escolar)-Faculdade Calafiori, São Sebastião do Paraíso, 2012.

SILVA, Vera Lúcia Neri da. **As interações sociais e a formação da identidade da criança negra.** Dissertação Mestrado em Educação. UFF, 2002.

SILVA, Jerusa Paulino da. **A construção da identidade da criança negra: a literatura afro como possibilidade reflexiva.** 2010. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Pedagogia) - Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. **O Preto no Branco: a trajetória de escritor de Luiz Gama.** In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lucia Spedo (org.). Brasil 500 anos: tópicos em história da educação. São Paulo: Ed. da USP, 2001.

KRAMER, Sônia. **Infância e sociedade: o conceito de infância: concepção atual de infância.** In: coletânea de textos didáticos, curso de pedagogia, 2012.

ZILBERMAN, Regina. **A Literatura Infantil na Escola.** São Paulo: Global, 2006.

Anexos

Questionário com a gestora escolar

Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Antônio
Soares da Cruz

Nome: _____

Anos de magistério: _____

Formação: _____

- 1- Você conhece ou já ouviu falar na Lei 10.639/03(que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar). De que modo ela é aplicada na escola?
- 2- Na sua opinião, há preconceito racial na escola?O que mudaria com a efetiva implementação dessa Lei?
- 3- A escola já interveio em alguma situação de preconceito racial? Se sim, de que forma?
- 4- De que modo o Projeto Político Pedagógico promove ações de respeito a diferença e igualdade na escola?
- 5- O corpo docente desenvolve atividades que contemplam a cultura afro-brasileira e africana no currículo da escola?